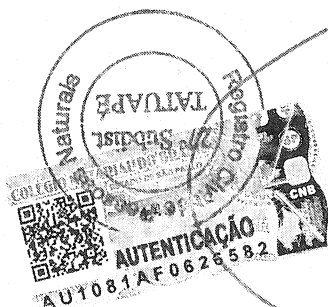
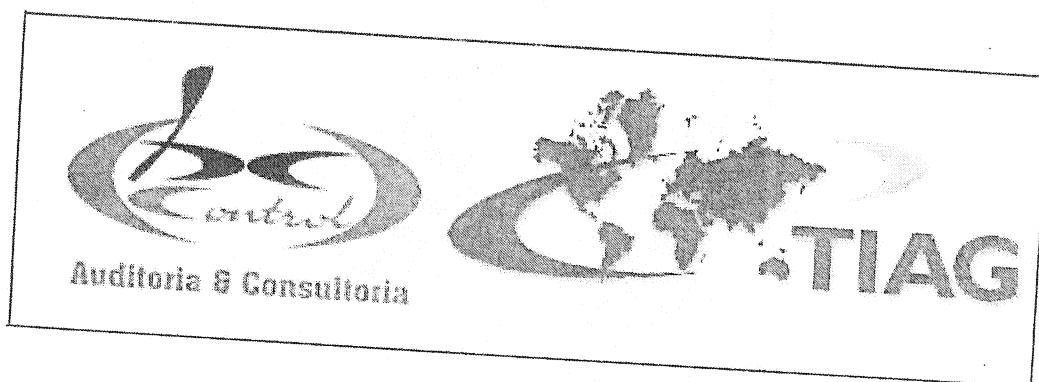


AMBIENTAL TRANSPORTES URBANOS S/A

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 E RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES



REG. CIVIL 27º SUBTO. TATUAPÉ - SP
Rua Coronel Luiz Américo, 228/242 - SP
Autenticação - Autentico a presente cópia
reprográfica, a qual confere com o original.
Dou fé.

Válida somente
com o selo de
autenticidade

08 MAI 2019

100% de
valor pago por
autenticidade

Débora de Freitas Barbosa
Escrevente Autorizada

Selo pago por verba

AMBIENTAL TRANSPORTES URBANOS S/A

Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Conteúdo:

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Balanço Patrimonial

Demonstração do Resultado do Exercício

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras



REG. CIVIL 27º SUBTO. TATUAPÉ - SP
Rua Coronel Luiz Americano, 228/242 - SP
Autenticação - Autentica a presente cópia
reprográfica, a qual confere com o original.
Dou fé.

Válida somente
com o selo de
autenticação

30 MAI 2019

Verificar
data de
autenticação
24.7.19

Débora de Freitas Barbosa
Escrevente Autorizada

- Seios pagos por verba -

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ilmo Srs.

Aos Administradores e acionistas
AMBIENTAL TRANSPORTES URBANOS S/A

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da AMBIENTAL TRANSPORTES URBANOS S/A que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da AMBIENTAL TRANSPORTES URBANOS S/A em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Sociedade de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase: Sem modificar nossa opinião, informamos que a realização dos valores citados na Nota explicativa No. 06, Contratos de Mútuo e SPTrans, a qual apresenta valores a receber de partes relacionadas nos valores de R\$ 62.919mil e R\$ 12.228mil, depende da manutenção dos respectivos ativos registrados naquelas partes relacionadas em 31 de dezembro de 2018.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.



3
Débora de Freitas Barbosa
Escrevente Autorizada
- Solos pagos por verba -

REG. CML 27º SURTO FÁTIMA S. SOUZA
Autenticação - Autentico a presente cópia reprodutível, a qual confere com o original.
30 MAI 2019
Valor pago por autenticação: R\$ 3,50

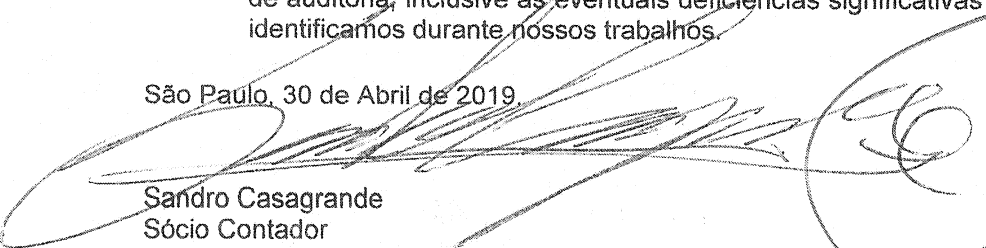
Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

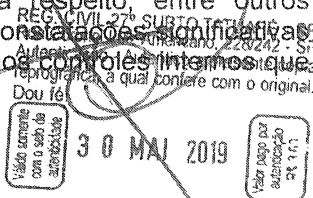
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de Abril de 2019.


Sandro Casagrande
Sócio Contador
CRC 1SP194140/O-9
BC Control Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP022159/O-0



Débora de Freitas Barbosa
Escrevente Autorizada

Selos pagos por verbais



BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

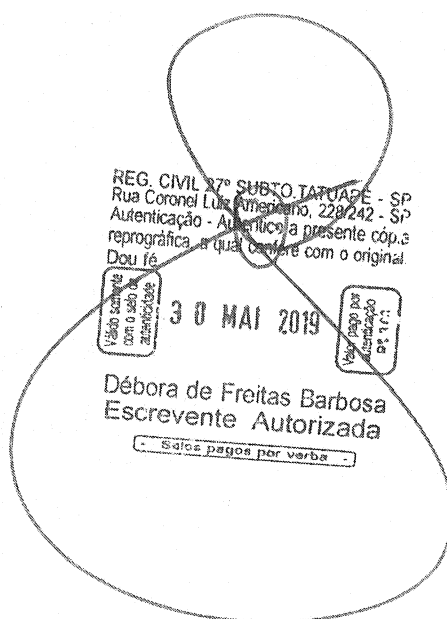
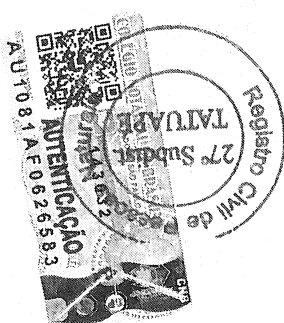
(Em Reais mil)

ATIVO	2018		2017		NOTAS	PASSIVO		2017	
	CIRCULANTE	NOTAS	2018	2017		CIRCULANTE	NOTAS	2018	2017
Caixa e Banco	4	197	78.384	157		Fornecedores	12	1.761	1.822
Aplicações Financeiras	5	2.586	3.220	3.220		Obrigações Trabalhistas e Sociais	12	3.939	3.736
Contrato de Mútuo e SPTrans	6	81.491	72.861	72.861		Provisão de Férias	12	5.709	5.363
Estoque	7	1.663	1.503	1.503		Empréstimos e Financiamentos - CP	11	15.239	15.634
Bens disponíveis para venda	8	0	34	34		Impostos e Taxas	14	763	690
Adiantamentos	54	54	205	205		Outras Contas a Pagar	13	7.545	3.084
Outros Créditos	4	4	404	404		Parcelamento de Tributos - INSS	13	238	227
NÃO CIRCULANTE		20.276	49.434	49.434		NÃO CIRCULANTE		71.078	97.262
Realizável a Longo Prazo		1.255	1.375	1.375		Exigível a Longo Prazo		62.811	77.920
Depósitos Judiciais	9	1.255	1.375	1.375		Empréstimos e Financiamentos - LP	11	59.185	74.048
						Parcelamento de Tributos - INSS - LP	13	2.445	2.566
						Outras Contas a Pagar		108	233
						Provisão para Contingências	15	1.073	1.073
Imobilizado	10	19.021	48.059	48.059		PATRIMÔNIO LÍQUIDO		8.267	19.342
Custo		169.648	170.697	170.697		Capital Social	16	16.687	16.687
Depreciação e Amortizações		(150.627)	(122.638)	(122.638)		Reserva de lucros		0	376
Intangível	10	0	0	0		Reserva legal		0	2.279
Custo		955	955	955		Prejuízo acumulado		(8.420)	0
Depreciação e Amortizações		(955)	(955)	(955)		TOTAL DO PASSIVO		106.272	127.818
TOTAL DO ATIVO		106.272	127.818	127.818					

REG. CIVIL 27º SUBSTO TATUAPÉ - SP
Rua Coronel Luiz Amencano, 228/242 - SP
Autenticação - Autêntico a presente cópia
reprográfica, a qual conforme com o original.
30 MAI 2019
Valido somente quando apresentado em face do livro
Doutor
Escritório Autorizada
Débora de Freitas Barbosa
- Semos pagos por verba -
REGISTRO CIVIL DE PESSOAS FÍSICAS
27ª Substituição
TATUAPÉ
AUTENTICAÇÃO
CÁDASTRO NACIONAL DE SUBSTITUIÇÃO
AUT 081 A F 0626584

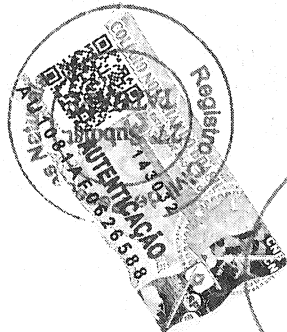
Demonstração do Resultado do Exercício (Em Reais mil)

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Receita Operacional Líquida	17 169.786	174.233
(-) Custo Operacionais	(167.365)	(157.951)
Custo dos Serviços Prestados	(167.365)	(157.951)
(=) Lucro Bruto	2.421	16.282
(-) Despesas Administrativas	(12.487)	(11.429)
Despesas Gerais e Administrativas	(12.487)	(11.429)
(=) Resultado Operacional	(10.066)	4.852
(+/-) Resultado Financeiro	(958)	(2.511)
(+) Receitas Financeiras	2.962	520
(-) Despesas Financeiras	(3.919)	(3.030)
(+/-) Lucro/(Prej.) antes dos impostos	(11.024)	2.342
(-) Imposto de Renda e Contribuição Social	(51)	(1.062)
(=) Lucro/(Prejuízo) do Período	(11.075)	1.280



Mutações do Patrimônio Líquido
(Em Reais Mil)

Descrição	Capital social	Reserva Legal	Reserva de Lucros	Lucros/(Prej.) Acumulado	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016	16.687	2.215	2.160	-	21.062
Constituição Reserva Legal	-	64	-	(64)	-
Reserva de Lucros	-	-	(1.784)	1.784	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	(3.000)	(3.000)
Lucro do Exercício	-	-	-	1.280	1.280
Saldos em 31 de dezembro de 2017	16.687	2.279	376	-	19.342
Constituição Reserva Legal	-	(2.279)	-	2.279	-
Reserva de Lucros	-	-	(376)	376	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-
(-) Prejuízo do Exercício	-	-	-	(11.075)	(11.075)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	16.687	-	-	(8.420)	8.267



REG. CIVIL DO COMÉRCIO - UAPÉ - SP
Rua Coronel Luiz Américo, 228/242 - SP
Autenticação e Autentico a presente cópia
reprográfica, a qual contém com o original.

Dou fé.
1980 sempre
com o selo de
autenticidade

30 MAI 2019

1313
Autenticado
em 30/05/2019
14:14

Débora de Freitas Barbosa
Escrevente Autorizada

- Sujeito pago por verba -

Demonstração dos Fluxos de Caixa em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em Reais mil)

	2018	2017
Lucro Líquido do exercício (Antes do Imposto de Renda e CSLL)	<u>(11.024)</u>	<u>2.342</u>
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao caixa gerado pelas atividades operacionais		
Depreciação, exaustão, amortização	29.124	32.123
Juros Apropriados sobre investimentos	-	-
Imposto de renda e contribuição social	(51)	(1.062)
Ganho/Perda na venda de ativo Imobilizado	13	65
Decrescimo (acrescimo) em ativos operacionais		
Contrato de Mútuo e Sptrans		
Estoques	(8.630)	(16.415)
Bens disponiveis para venda	(160)	24
Adiantamentos	34	234
Depósitos judiciais	151	(142)
Outros Créditos	120	799
	400	(375)
Acrescimo (decrécimo) em passivos operacionais		
Fornecedores		
Impostos e taxas a recolher	(61)	284
Provisão de Férias e Encargos	73	(416)
Obrigações Trabalhistas e Sociais	346	521
INSS - Parcelamento Paes	204	189
Demais valores a pagar	(110)	(12)
	11.973	474
Caixa Gerado pelas atividades operacionais	<u>22.403</u>	<u>18.633</u>
Atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado		
Distribuição de Dividendos	99	340
	-	(3.000)
Caixa Líquido usado nas atividades de investimentos	<u>99</u>	<u>(2.660)</u>
Atividades de financiamento		
Empréstimos e financiamento obtidos		
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(23.097)	(15.601)
Caixa Líquido gerado (usado) nas atividades de financiamentos	<u>(23.097)</u>	<u>(15.601)</u>
Acrcscimo (decrécimo) líquido em caixa e equivalentes de caixa	(595)	372
Caixa e equivalentes de caixa no inicio do exercício	3.378	3.006
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>2.783</u>	<u>3.378</u>



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS RELATIVAS AOS EXERCÍCIOS
FINDOS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2018 e 2017.
(valores expressos em milhares de reais, exceto valor unitário de ações)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A AMBIENTAL TRANSPORTES URBANOS S/A tem por objeto social a prestação de serviços de transporte coletivo de passageiros na zona urbana da Cidade de São Paulo – podendo para tanto firmar convênios com entidades e autarquias governamentais, entidades particulares e/ou qualquer outra pessoa de direito privado, podendo ainda, em atendimento ao seu objeto social, participar de outras sociedades como acionista ou quotista.

Em 13 de Dezembro de 2007, a Sociedade, através do Consorcio Leste 4 (do qual fazia parte como empresa líder) obteve a concessão de serviço de transporte coletivo de passageiros do Subsistema Estrutural da Área 4, conforme processo administrativo Nº 2005-0.142.361-0, concorrência Nº 006/2006 – Secretaria Municipal de Transportes – SMT- Contrato de Concessão Nº. 037/07 SMT-GAB.

Em 11 de Outubro de 2013, conforme o Decreto Municipal Nº. 54.458, foi declarada a caducidade do Contrato de Concessão Nº. 037/07-SMT-GAB, sendo em consequência desfeito o Consorcio Leste 4;

Em razão disso, iniciou-se o regime de contratação emergencial da AMBIENTAL pela Secretaria Municipal de Transportes - SMT, conforme cronograma abaixo:

- 1º. Contrato Emergencial - Contrato Nº. 2013/0696-01-00 SPTrans - Assinado em 10 de dezembro de 2013;
- 2º. Contrato Emergencial – Contrato Nº. 009/2014- SMT.GAB- Assinado em 06 de junho de 2014;
- 3º. Contrato Emergencial – Contrato Nº. 025/2014- SMT.GAB- Assinado em 04 de dezembro de 2014;
- 4º. Contrato Emergencial – Contrato Nº. 021/2015- SMT.GAB- Assinado em 03 de junho de 2015;
- 5º. Contrato Emergencial – Contrato Nº. 039/2015- SMT.GAB- Assinado em 30 de Novembro de 2015;
- 6º. Contrato Emergencial – Contrato Nº. 016/2016- SMT.GAB- Assinado em 28 de Maio de 2016;
- 7º. Contrato Emergencial – Contrato Nº. 039/2016- SMT.GAB- Assinado em 23 de Novembro de 2016
- 8º. Contrato Emergencial – Contrato Nº. 015/2017- SMT.GAB- Assinado em 11 de Maio de 2017;
- 9º. Contrato Emergencial – Contrato Nº. 037/2017- SMT.GAB- Assinado em 07 de Novembro de 2017;
- 10º Contrato Emergencial – Contrato Nº. 009/2018- SMT.GAB- Assinado em 04 de Maio de 2018 e
- 11º Contrato Emergencial – Contrato Nº. 036/2018- SMT.GAB- Assinado em 08 de Novembro de 2018 vigente até a presente data.

Em 05/04/2019 foi publicado no Diário Oficial da Cidade de São Paulo a homologação e adjudicação do procedimento licitatório e seus respectivos licitantes vencedores conforme Processo 6020.2018/0003186-1 Concessão do Serviço de Transporte Coletivo Público de Passageiros – Grupo Local de Articulação Regional e Processo 6020.2018/0003185-3 Concessão do Serviço de Transporte Coletivo Público de Passageiros – Grupo Estrutural, onde a Ambiental Transportes Urbanos S.A operará como consorciada do Consórcio Transvida nos Lotes designados A9, ARO e E8.



30 MAI 2019



Débora de Freitas Barbosa
Escrevente Autorizada

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRACOES CONTABEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas sob a responsabilidade da Administração e estão sendo apresentadas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas da legislação brasileira (Lei n.º 6.404/76) que incluem os novos dispositivos introduzidos, alterados e revogados pela Lei n.º 11.638 de 28 de dezembro de 2007 e Lei n.º 11.941 de 27 de Maio de 2009. Também foram consideradas as orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTABEIS

a) Apuração do Resultado

As receitas e despesas estão demonstradas obedecendo ao regime da competência. A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função de sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza na sua realização.

b) Ativos e Passivos

Os direitos realizáveis e as obrigações vencíveis após os doze meses subsequentes à data de balanço patrimonial são considerados como longo prazo e, conseqüentemente, como Ativos e Passivos Não Circulantes.

c) Contratos de Mútuos e SPTrans.

As contas a receber referem-se substancialmente aos créditos de bilhetes a receber na execução normal de suas atividades, pendentes de pagamento pela Secretaria Municipal de Transportes (SPTrans) e Contrato de Mútuo firmado entre Ambientaltrans Investimentos e Participações S.A e Arvida Administração e Participações S.A.

d) Estoques

Os materiais de almoxarifado estão avaliados pelo custo médio de aquisição, não superando o preço corrente de mercado.

e) Imobilizado

Os bens e direitos foram registrados pelos seus custos originais de aquisição, formação ou construção. A depreciação é acumulada pelo método linear e leva em consideração o tempo de vida útil dos bens. A companhia procedeu a levantamentos internos para avaliação do valor atual do ativo imobilizado e como resultado foi preparada análise quanto à capacidade de recuperação dos valores registrados no ativo imobilizado, revisão do "impairment" e constatado que não há necessidade de redução dos valores registrados, nem acréscimos a título de valores de mercado.

f) Demais ativos circulantes e realizável a longo prazo

São apresentados ao valor líquido de realização.

g) Passivo Circulante e não Circulante

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais.

h) Fornecedores

Representados pelos valores corrigidos até a data do balanço, quando aplicável.

REG. CIVIL 27º SUBTD. TATUAPÉ - SP
Rua Coronel Luiz Américo, 228/242 - SP
Autenticação - Autentico a presente cópia
reprográfrica a qual confere com o original.

Deu fe.
Não se trata de
com o original
autenticado

30 MAI 2019

Valor pago por
autenticação
R\$ 1,11

Débora de Freitas Barbosa
Escritor(a) Autentada
Selec. p. p. por verb. i.



i) Empréstimos e Financiamentos Bancários

Demonstrados pelos valores atualizados, incluindo encargos financeiros incidentes até a data do balanço.

j) Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e contribuição social são calculados com base nas alíquotas efetivas do imposto de renda e da contribuição social sobre lucro líquido.

k) Obrigações Fiscais, Sociais e Trabalhistas

Representados por salários a pagar e pelos montantes devidos ao INSS, IRRF, FGTS e outros impostos e contribuições.

l) Provisões

As provisões são reconhecidas no balanço quando a empresa possui obrigações legais ou como resultado de um evento passado e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

m) Provisão para Contingências

Constituída para fazer face às indenizações por reclamações trabalhistas e ações cíveis, considerando a opinião dos assessores jurídicos quanto às prováveis perdas.

n) Redução ao Valor Recuperável dos Ativos

A empresa avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável ("impairment"). A administração tem por política apurar periodicamente e especificamente em dezembro de cada ano civil o valor de mercado de sua frota.

o) Demonstração de Fluxos de Caixa – DFC

As demonstrações de Fluxos de Caixa foram elaboradas pelo método indireto partindo das informações contábeis, em conformidade com as instruções contidas na Norma Brasileira de Contabilidade Técnica 3.8, que aprovou o pronunciamento técnico CPC 03 do Comitê de Pronunciamento Contábil, que trata da Demonstração de Fluxo de Caixa – DFC.

4. CAIXA E BANCOS

	2018	2017
CAIXA - NUMERARIOS	163	80
BANCOS - DEPOSITOS A VISTA	34	77
TOTAL	197	157

Os valores de caixa-numerários correspondem à arrecadação em dinheiro de passageiros, que serão transferidos ao banco via carro forte.

RUA: CIVIL 27º SUBTO. TATUAPÉ - SP
RUA Coronel Luiz Américo, 228/242 - SP
Autenticação - Autentico a presente cópia
reprográfica, a qual confere com o original.
Dou fé.

Valor conferido
com o selo de
autenticação

30 MAI 2019

Valor pago por
autenticação
R\$ 1,75

Debora de Freitas Barbosa
Escrevente Autorizada

Selos pagos por verba



5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	2018	2017
BANCO BRADESCO	2.586	3.220
TOTAL	2.586	3.220

A aplicação financeira do Banco Bradesco – modalidade Invest Plus é utilizada para transação da conta corrente por prazo indeterminado, utilizando o indexador 0,72% a.m + 100% do CDI e isenção de I.O.F se nos primeiros 29 dias corridos de cada aplicação não houver resgate.

6. CONTRATOS DE MÚTUA E SPTRANS

	2018	2017
Mútuo - Ambientaltrans Invest. Participações	62.919	53.564
Mútuo - Arvida Adm. E Participações	12.228	9.237
São Paulo Transportes - SP Trans	6.343	10.060
TOTAL	81.491	72.861

Contratos de Mútuo com a partes relacionados referem-se a Empréstimos aos acionistas Ambientaltrans Investimentos e Participações S/A e Arvida Administração e Participações S.A, a serem recebidos em 2019.

7. ESTOQUES

Composto conforme segue:

	2018	2017
Peças, componentes e Acessórios	1.463	1.336
Materiais Diversos	81	85
Óleo Diesel	72	45
Óleos, Graxas e Lubrificantes	28	24
Pneus e Materiais de Rodagem	20	13
TOTAL	1.663	1.503

8. BENS DISPONÍVEIS PARA VENDA

	2018	2017
Bens Disponíveis para Venda - CP	-	34
TOTAL	-	34

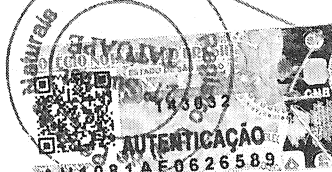
REG. CIVIL 27º SUBT. TATUAPÉ - SP
Rua Coronel Luiz Américo, 228/242 - SP
Autenticação - Autêntico e presente cóp.a
reprográfica a qual confere com o original.
Deu fé

30 MAI 2019

Débora de Freitas Barbosa
Escrevente Autorizada

Seus pagos por verbo

O valor de outras contas a receber ano de 2017 tratava-se da venda de 04 veículos de transporte urbano de passageiros vendidos à Poman Atividades de Cobrança e Serviços -Eireli, pelo valor total de R\$ 90, em 12 (doze) parcelas mensais, com início em 20 de maio de 2017 e término em 20 de abril de 2018.



9. DEPÓSITOS JUDICIAIS

	2018	2017
Depósitos Judiciais	1.255	1.375
TOTAL	1.255	1.375

10. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

CUSTO CORRIGIDO	Saldos		Adições	Baixas	Ajuste	Transf.	Saldo
	2017						
CUSTO							
Instalações	457				-	-	4
Veículos de Transporte de Passageiros	164.994		26	(815)	-	-	164.2
Veículos - Outros	1.007		9	(331)	-	-	6
Máquinas e Equipamentos (inclui validadores)	2.354		61	(2)	-	-	2.4
Móveis e Utensílios	148		2	-	-	-	1
Aparelhos Rastreadores	1.431		-	-	-	-	1.4
Benfeitorias Bens de Terceiros	305		-	-	-	-	3
Total Custo	170.697		99	(1.148)	-	-	169.6
DEPRECIACÃO ACUMULADA							
		Taxa de Depreciação					
Instalações	(302)	10%	(27)	-	-	-	(32)
Veículos de Transporte de Passageiros	(118.107)	20%	(28.702)	815	-	-	(145.99)
Veículos - Outros	(721)	10%	(91)	318	-	-	(49)
Máq Eqptos (inclui validadores)	(1.750)	10%	(245)	2	-	-	(1.99)
Móveis e Utensílios	(127)	10%	(5)	-	-	-	(13)
Aparelhos Rastreadores	(1.373)	10%	(24)	-	-	-	(1.39)
Benfeitorias Bens Terceiros	(259)	10%	(31)	-	-	-	(29)
Total depreciação	(122.638)		(29.124)	1.135	-	-	(150.62)
INTANGÍVEL							
Licença (Software) a Amortizar	955		-	-	-	-	955
Amortização de Bens Intangíveis	(955)	20%	-	-	-	-	(955)
Total intangível	(0)		-	-	-	-	(0)
Total Imobilizado	48.059		(29.025)	(13)	-	-	19.021

A sociedade realiza periodicamente pesquisa a valor de mercado a fim de assegurar que os ativos não estejam registrados por um valor superior ao seu valor recuperável "impairment" referente a frota por carro.

REG. CIVIL 27º SUBTO. TATUAPÉ - SP
Rua Coronel Luiz Americano, 228/242 - SP
Autenticação - Autentica a presente cópia
reprográfica, a qual confere com o original.
Dout. fé



30 MAI 2019



Débora de Freitas Barbosa
Escrevente Autorizada

13

- Selos pág. por verba -



11. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	2018	2017
Leasing - Banco Bradesco	24	24
Finames	74.400	89.658
TOTAL	74.424	89.682
CURTO PRAZO	15.239	15.634
LONGO PRAZO	59.185	74.048

Operações Finames para aquisições de veículos de frota operacional, sendo que 80% dos Contratos são pertencentes ao Banco Bradesco firmado em média no prazo de 120 meses a uma taxa anual que varia entre 5,50% a 10,00% .

12. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, SOCIAIS E PROVISÃO DE FÉRIAS

	2018	2017
Convênios	467	441
Encargos	1.434	1.495
Obrigações trabalhistas e Sociais	2.038	1.800
TOTAL	3.939	3.736
Provisão para Férias	5.709	5.363
TOTAL	5.709	5.363

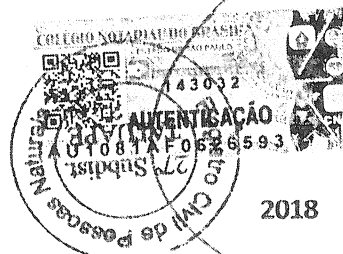
Referem-se a obrigações trabalhistas e sociais dos colaboradores da empresa, bem como os convênios ora descontados e repassados para as Empresas contratadas .

A provisão de férias é constituída mensalmente em atendimento ao regime de competência, com base nos saldos de férias adquiridos e proporcionais dos colaboradores, acrescidos dos respectivos encargos sociais.

13. PARCELAMENTO DE TRIBUTOS INSS

	2018	2017
CURTO PRAZO	238	227
LONGO PRAZO	2.445	2.566
TOTAL	2.683	2.793

No dia 25/11/2014 com base na Lei 12.996/2014 aderimos ao Parcelamento de débitos previdenciários em 180 parcelas, corrigida mensalmente pela Selic com término em 30/09/2029.



REG. CIVIL ZA - SUBITO PATRIARCA - SP
Rua Coronel Luiz Americano, 220/242 - SP
Autenticação - Autentico a presente cópia
reprográfrica, a qual confere com o original.

Dou fé.



30 MAI 2019



Débora de Freitas Barbosa
Escritorante Autorizada

Selico pague por verba

14. OUTRAS CONTAS A PAGAR

	2018	2017
Diversos(Aluguel,contas consumo)	74	77
Adiantamentos de Clientes-SPTrans	126	126
Processos Cíveis e Trabalhistas	1.115	2.485
Aluguel Frota Pública	6.230	396
TOTAL	7.545	3.084

Processos Cíveis e Trabalhistas referem-se a acordos já Transitados em Julgado. Adiantamentos de clientes – SPTrans referem-se a valores adiantados pela mesma a serem descontados no exercício seguinte e Aluguel da Frota conforme Anexo XVII da Relação dos Bens Revertidos do Contrato 036/2018 SMT-GAB.

15. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

Passivos contingentes levam em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e no posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável o que ocasionaria uma provável saída de recurso para liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiência segura.

A Administração da Sociedade constituiu provisões para perdas no montante de R\$ 1.073 em função dos processos avaliados com risco provável.

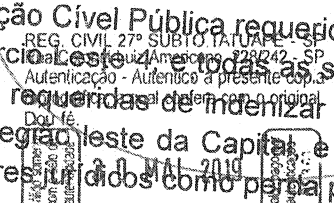
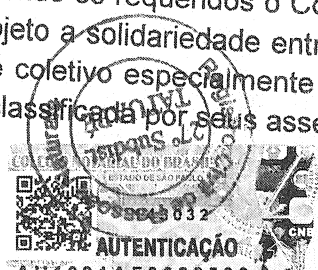
Um ativo contingente é um ativo possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência, ou não ocorrência, de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controle da entidade. Uma entidade deve reconhecer um ativo contingente quando há sua respectiva entrada de caixa.

Em 04.03.2011 e 29.04.2011, a companhia protocolou dois processos judiciais contra a Municipalidade de S. Paulo e a São Paulo Transportes S.A. (SPTrans) com os seguintes objetos:

- Restituição de todos os valores cobrados a maior a título de aluguel da frota de trólebus, em razão da execução do contrato em vigor, processo em andamento – 2ª. Instancia aguardando julgamento em gabinete.
- Readequação do cronograma de substituição da frota de trólebus, e para que seja afastada a responsabilidade da autora pela impossibilidade de cumprir o prazo. Ainda pede-se a restituição dos valores descontados da remuneração acrescido de juros e correção monetária, em andamento – 1ª. Instancia – Saneamento.

Os processos acima referidos totalizam aproximadamente R\$ 63.867. Não reconhecidos na contabilidade como ativos contingentes devido ao estágio em que se encontram.

Em 22 de Março de 2011 foi distribuída Ação Cível Pública requerida pelo Ministério Público do Estado de São Paulo, sendo os requeridos o Consórcio Leste e todas as suas consorciadas. O referido processo tem como objeto a solidariedade entre as requeridas de indenizar os consumidores usuários de serviços de transporte coletivo especialmente da região leste da Capital e se encontra ainda em 1ª instancia de julgamento, classificada por seus assessores jurídicos como perda possível no montante de R\$ 46.691.



15
Débora de Freitas Barbosa
Escrevente Autorizada

Descrição	Saldo 31/12/2017	Aumento Processo	Aumento Processo Civil	Baixas / Pagamentos	Baixa Depósitos Judiciais	Saldo 31/12/2018
Provisão p/processos	1.073	-	-	-	-	1.073

16. CAPITAL SOCIAL

Durante o exercício de 2014 foi aumentado o capital social da empresa, passando a 18.750.000 (Dezoito milhões e setecentos e cinquenta mil) ações ordinárias nominativas, subscritas e integralizadas, ao valor de R\$ 0,89 totalizando em R\$ 16,7.

Com observância dos preceitos legais e feitas as amortizações necessárias, apurou-se o Prejuízo de R\$ 11.075, sendo absorvido R\$ 376 de Reserva de Lucro e R\$ 2.279 de Reserva Legal, apurando assim um Prejuízo Acumulado Líquido de R\$ 8.420.

17. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

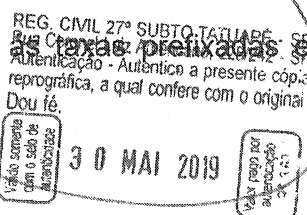
As receitas do exercício foram reconhecidas integralmente pelo Regime de Competência. Em Janeiro de 2013 a empresa aderiu a Lei 12.715/2012, que substitui a Contribuição Previdenciária Patronal de 20% incidente sobre a folha de pagamento dos segurados empregados e contribuintes individuais pelo percentual de 2% sobre a Receita Bruta das empresas de Prestação de Serviços Transportes Rodoviário Coletivo de Passageiros e também no mesmo ano, mais precisamente em Maio/2013, o Governo publicou a MP 617/2013, que reduziu a Zero as alíquotas da Contribuição para PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS, incidentes sobre a Receita decorrente da Prestação de Serviço de Transporte Coletivo de Passageiros.

	2018	2017
Receita Operacional	173.387	177.790
Receitas Municipais	173.387	177.790
(-) Deduções da Receita	(3.602)	(3.557)
Contribuição Previdenciária (Desoneração)	(3.602)	(3.557)
	169.786	174.233

18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E POLITICAS PARA GESTÃO DE RISCO

Os principais passivos financeiros da Companhia referem-se a Empréstimos e Financiamentos junto ao BNDES.

Os empréstimos e financiamentos estão atrelados às taxas prefixadas e são contratados do Curto e Longo Prazo.



16 Débora de Freitas Barbosa
Escrevente Autorizada

- Solus pape por verba -

Os principais riscos de mercado que podem afetar diretamente a Companhia são as taxas de juros, riscos de liquidez e risco de crédito.

Os instrumentos financeiros apresentados pela Companhia em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017 são basicamente Aplicações financeiras decorrentes de operações em CDB que são atualizados por percentuais da variação do CDI.

19. EVENTOS SUBSEQUENTES

Conforme comentado na Nota Explicativa nº 1, contexto operacional, a Sociedade vem operando através do 11º Contrato Emergencial assinado em 02/11/2018, com vigência de até 180 dias.

Em 05/04/2019 foi publicado no Diário Oficial da Cidade de São Paulo a homologação e adjudicação do procedimento licitatório e seus respectivos licitantes vencedores conforme Processo 6020.2018/0003186-1 Concessão do Serviço de Transporte Coletivo Público de Passageiros – Grupo Local de Articulação Regional e Processo 6020.2018/0003185-3 Concessão do Serviço de Transporte Coletivo Público de Passageiros – Grupo Estrutural, onde a Ambiental Transportes Urbanos S.A operará como consorciada do Consórcio Transvida nos Lotes designados AR9, AR0 e E8.

* * * *



RE: CIVIL 27º SUBTO. TATUAPÉ - SP
Rua Coronel Luiz Americano, 228/242 - SP
AUTENTICAÇÃO - Autentica a presente cópia
reprográfica, a qual confere com o original.
Dou fé.

Valor somente
com o selo de
autenticação

30 MAI 2019

Valor apenas
com o selo de
autenticação

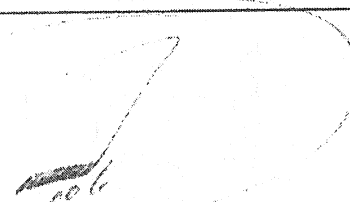
Débora de Freitas Barbosa
Escrevente Autorizada

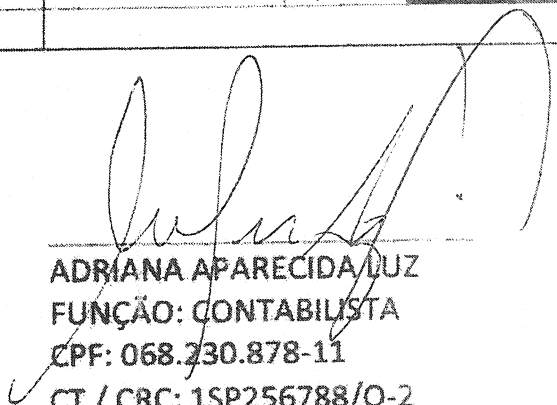
- Setor pages por verba -

Índices Economicos e Financeiros

EXERCÍCIO 2018		
R\$	Índice	SPTRANS
		Mínimo de 3 índices.

1) ILC (Índice de Liquidez Corrente) Ativo Circulante Passivo Circulante ILC -> (AC)/(PC)	85.996.317 35.194.299	2,4435	> ou = 0,60 OK
2) ILG (Índice de Liquidez Geral) Ativo Circulante + RLP Passivo Circulante + ELP ILG -> (AC+RLP)/(PC+ELP)	87.251.502 98.005.266	0,8903	> ou = 0,60 OK
3) ILS (Índice de Liquidez Seca) Ativo Circulante (-) Estoques (-) Desp. Pagas Antec. Passivo Circulante ILS -> (AC-EST-DEP)/(PC)	84.331.032 35.194.299	2,3962	> ou = 0,60 OK
4) QS (Quociente de Solvência) Ativo Total Passivo Total (-) Patr. Líquido IQS -> (AT)/(PT-FL)	106.272.479 98.005.267	1,0844	> ou = 1,25
5) ET (Endividamento Total) Passivo Circulante (+) Exig. Longo Prazo. Ativo Total ET -> (PC+ELP)/(AT)	98.005.266 106.272.479	0,9222	< ou = 0,60


EDUARDO CIOLA
FUNÇÃO: DIRETOR ADMINISTRATIVO
RG. 95.598.339
CPF: 030.083.948-09


ADRIANA APARECIDA LUZ
FUNÇÃO: CONTABILISTA
CPF: 068.230.878-11
CT / CRC: 1SP256788/O-2

Andriello S.A. Indústria e Comércio

CNPJ Nº 61.508.727/0001-79 - NIRE 35.300.017.142. Ata Conjunta da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

Data: 29 de abril de 2019. Horário: 14:00 horas. Local: Sede social, localizada na Rua Professor Clemente Pastore, 126 - São Paulo - SP. Convocação: Dispensada em razão de a presença da totalidade dos acionistas subscritores do capital social, e, como convidados, a Sr. Márcia Andriello, o Sr. Giuliano Andriello Francisco e o Sr. Ledward Bueno de Camargo Júnior. Mesa: Francesco Andriello Neto, como Presidente e Leonilde Rodrigues Andriello, como Secretária.

Artigo 4º - O prazo de duração da sociedade é indeterminado. Capítulo II - Do Capital Social e Das Ações - Artigo 5º - O capital social é de R\$ 56.000.000,00 (cinquante e seis milhões de reais), totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente do País, dividido em 6.300,029 (seis mil e trezentos e dois mil e noventa e nove) ações ordinárias nominativas sem valor nominal. § 1º: Os acionistas têm preferência na subscrição de ações de emissão da Companhia, na exata proporção das ações possuídas. § 2º: As ações de emissão da Companhia são inconvertíveis em relação à forma e às suas respectivas espécies. § 3º: A sociedade poderá emitir títulos múltiplos de ações desdobráveis, por solicitação do acionista, a cujo cargo ficará o custo decorrente. § 4º: Os certificados de ações ou títulos múltiplos serão emitidos mediante assinatura do Diretor Presidente, e os certificados de ações decorrentes de aumento de capital serão colocados à disposição dos acionistas dentro do prazo de 60 (sessenta) dias contados da data de publicação da Assembléia Geral que os houver aprovado. Artigo 6º - Cada ação ordinária nominativa corresponderá um voto nas deliberações das assembleias gerais. Capítulo III - Da Assembléia Geral - Artigo 7º - A Assembléia Geral reunir-se-á, ordinariamente, nos (quatro) meses seguintes ao término do exercício social, e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem. § 1º: As assembleias serão convocadas mediante anúncio publicado, conforme dispõe, no que couber, o artigo 124 da Lei 6.404/76. § 2º: A Assembléia Geral será instalada e presidida pelo Diretor Presidente ou seu substituto, o qual escolherá, entre os presentes, o Secretário. Capítulo IV - Da Administração - Artigo 8º - A sociedade será administrada por uma Diretoria composta de, no mínimo, 2 (dois), e, no máximo, 4 (quatro) diretores, acionistas ou não, residentes no País, eleitos pela Assembléia Geral, sendo 1 (um) Diretor Presidente e 3 (três) Diretores sem designação específica, com mandato de 1 (um) ano, prorrogável por igual período de igual forma, as atribuições dos diretores: Diretor Presidente: a) exercer a administração e a direção geral dos negócios sociais, podendo realizar todas as operações e praticar os atos que se relacionarem com o objeto social da companhia, sem que haja limites de valores, compreendendo, inclusive, a compra, a venda, a hipoteca ou ônus de qualquer espécie sobre bens imóveis da Companhia; b) dirigir todos os negócios realizados em seu âmbito de gestão; c) conduzir a política geral da Companhia; d) conduzir as atividades e funções que competem aos demais Diretores; e) dirigir a elaboração dos orçamentos da Companhia quanto ao limite e condicionantes; f) dirigir os planos de atuação da Companhia; g) propor o aumento de investimentos; h) dirigir as atividades de natureza jurídica, e j) exercer a guarda e praticar atos determinados pelo Diretor Presidente. § 2º: Nos eventuais impedimentos ou ausências, eventuais ou temporárias, do Diretor Presidente, os atos privativos do mesmo serão praticados pelos demais Diretores, sem designação específica, sempre em conjunto de dois. § 3º: Todos os atos que importarem em obrigações para com a sociedade ou na liberação de terceiros de obrigações para com ela, dependem: a) da assinatura isolada do Diretor Presidente (dois milhões e quinhentos mil reais), por operação; b) da assinatura conjunta de 1 (um) Diretor sem designação específica com o prazo do mandato, e, no caso de mandatos judiciais, poderão ser prorrogados sem prazo de validade. Artigo 9º - O critério para a remuneração da Diretoria será determinado pela Assembléia Geral que a eleger. Artigo 10º - Os Diretores estão dispensados de prestar caução e considerar-se-ão investidos em seus respectivos cargos até que seus sucessores sejam eleitos e os assuntos sociais o exigirem. § 1º: As reuniões serão convocadas por qualquer Diretor, cuja convocação será feita, nos demais, através de carta transmitida por meio eletrônico. § 2º: As deliberações da Diretoria constarão em atas lavradas em livro próprio e serão tomadas por maioria de votos. Capítulo V - Do Conselho Fiscal - Artigo 12º - O Conselho Fiscal é órgão não permanente e somente será instalado pela Assembléia Geral, a pedido de acionistas, na forma da lei. § 1º: Quando instalado, o Conselho Fiscal será composto de 3 (três) membros e suplentes em igual número, acionistas ou não, eleitos em Assembléia Geral. § 2º: O critério para a remuneração do Conselho Fiscal será determinado pela Assembléia Geral que o eleger. Capítulo VI - Do Exercício Social, Social Inicial e do Exercício Social - Artigo 13º - O exercício social inicia-se em 1º de janeiro de cada ano da sociedade, as Demonstrações Financeiras, observadas as disposições legais vigentes. § 1º: A sociedade poderá levantar balanços intermediários, trimestrais, e, por deliberação dos acionistas, declarar dividendos e juros de capital intermediários, a conta de lucro apurado, esses balanços, de lucro acumulado ou de reserva de lucros. § 2º: Dos lucros líquidos apurados em cada exercício, 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da Reserva Legal, que não excederá de 20% (vinte por cento) do capital social, sendo, o restante, inclusive para os juros sobre capital próprio, distribuído na proporção das ações possuídas, sendo vedada a proporção dispar, a contar desta data. Capítulo VII - Disposições Gerais - Artigo 15º - A sociedade entrará em liquidação nos casos previstos em lei, competindo à Assembléia Geral estabelecer a forma de liquidação e nomear o liquidante e o Conselho Fiscal que deverá funcionar no período de liquidação. Artigo 16º - Nos casos omissos ou duvidosos aplicar-se-ão as disposições legais vigentes. São Paulo, 29 de abril de 2019. Daiba Participações Ltda. - Francesco Andriello Neto. Leonilde Rodrigues Andriello.

AMBIENTAL TRANSPORTES URBANOS S.A.

CNPJ/MF nº 08.405.256/0001-90

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (Em Reais mil)

Table with columns: ATIVO, PASSIVO, DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA, DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO, DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO. Rows include Circulante, Não Circulante, Total do Ativo, Receita Operacional Líquida, Custos Operacionais, Despesas Operacionais, etc.

BREIF EMPREENDIMENTOS RESIDENCIAIS III S.A.

CNPJ/MF 22.669.395/0001-52

Table with columns: Balanço patrimonial, Demonstrações de resultados, Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto. Rows include Ativo/Circulante, Passivo/Circulante, Fluxos de caixa das atividades operacionais, etc.



PUBLICIDADE

AMBIENTAL TRANSPORTES URBANOS S.A.

CNPJ/MF nº 08.405.256/0001-90

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (Em Reais em)

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO: Ilustríssimos Senhores acionistas da Ambiental Transportes Urbanos S/A. De acordo com as disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de Vossas Senhorias os documentos relativos às Demonstrações Financeiras, compreendendo o período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2018. A Ambiental Transportes Urbanos S/A ("Companhia") presta serviços de transporte coletivo de passageiros na zona urbana da Cidade de São Paulo e, no ano em referência, atua com base nos Contratos Emergenciais nº 0377/2017 - SMT/GAB, de 07/11/2017; nº 009/2018 - SMT/GAB, de 04/05/2018, nº 036/2018 - SMT/GAB, de 09/11/2018, esta última vigente até presente data. Em 05/04/2019 foi publicado no Diário Oficial

da Cidade de São Paulo a homologação e adjudicação do procedimento licitatório e seus respectivos licitantes vencedores conforme Processo 60.20.2018/0003186-1 Concessão do Serviço de Transporte Coletivo Público de Passageiros - Grupo Local de Articulação Regional e Processo 60.20.2018/0003185-3 Concessão do Serviço de Transporte Coletivo Público de Passageiros - Grupo Estrutural, onde a Ambiental Transportes Urbanos S/A operará como consorciada do Consórcio Transvida nos Lotes designados AR9, AR0 e E8. Permanecendo à disposição de Vossas Senhorias para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários. São Paulo, 30/04/2019.

Eduardo Ciola - Diretor Administrativo
José Eduardo Caldas Gonçalves - Diretor Operacional

	2018	2017
NOTAS		
17	169.786	174.259
Receita Operacional Líquida		
(-) Custos Operacionais	(167.365)	(157.955)
Custo dos Serviços Prestados	(167.365)	(157.955)
(=) Lucro Bruto	2.421	16.282
(-) Despesas Administrativas	(12.487)	(11.427)
Despesas Gerais e Administrativas	(12.487)	(11.427)
(=) Resultado Operacional	(10.066)	4.855
(+) Resultado Financeiro	(958)	(2.511)
(+) Receitas Financeiras	962	53
(-) Despesas Financeiras	(3.919)	(3.063)
(=) Lucro/(Prejuízo) antes dos impostos	(11.024)	2.344
(-) IR e Contribuição Social	(51)	(1.800)
(=) Lucro/(Prejuízo) do Período	(11.075)	1.282

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

	NOTAS	2018	2017		NOTAS	2018	2017
ATIVO				PASSIVO			
CIRCULANTE		85.996	78.384	CIRCULANTE		35.194	30.556
Caixa e Banco	4	197	157	Fornecedores		1.761	1.812
Análises Financeiras	5	7.586	3.220	Obrigações Trabalhistas e Sociais	12	3.939	3.736
Contrato de Mútuo e SPIRANS	6	81.491	72.861	Provisão de Rendas	12	8.709	5.363
Estoque	7	1.663	1.503	Empréstimos e Financiamentos - CP	11	15.229	13.634
Bens disponíveis para venda	8	-	34	Impostos e taxas		763	690
Adiantamentos		54	205	Outras Contas a Pagar	14	7.545	3.084
Outros Créditos		4	404	Parcelamento de Tributos - IRSS	13	238	227
NÃO CIRCULANTE		20.276	49.434	NÃO CIRCULANTE		71.078	97.262
Realizável a Longo Prazo		1.255	1.375	Exigível a Longo Prazo		62.811	77.920
Depósitos Judiciais	9	1.255	1.375	Empréstimos e Financiamentos - LP	11	59.185	74.048
Imobilizado	10	19.021	48.059	Parcelamento de Tributos - IRSS - LP	13	2.445	2.566
Custo		169.648	170.697	Outras Contas a Pagar		108	233
Depreciação e Amortizações	10	(150.627)	(122.638)	Provisão para Contingências	15	1.073	1.073
Intangível		955	955	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		8.267	19.342
Custo		(955)	(955)	Capital Social	16	16.687	16.687
Depreciação e Amortizações		-	-	Reserva de Lucros		-	376
TOTAL DO ATIVO		106.272	127.818	Reserva Legal		-	2.279
				Prejuízo acumulado		(8.420)	-
				TOTAL DO PASSIVO		106.272	127.818

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Descrição	Capital social	Reserva Legal	Reserva de Lucros	Lucros/(Prejuízos) Acumulado	Total
Saldos em 31/12/2016	16.687	2.215	2.160	-	21.062
Constituição reserva legal	-	64	-	164	232
Reserva de Lucros	-	-	-	1.784	1.784
Distribuição de dividendos	-	-	(1.784)	(3.000)	(3.000)
Lucro do Exercício	-	-	-	1.280	1.280
Saldos em 31/12/2017	16.687	2.279	376	2.279	19.342
Constituição Reserva Legal	-	(2.279)	-	376	-
Reserva de Lucros	-	-	(376)	-	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	(11.075)	(11.075)
(-) Prejuízo do Exercício	-	-	-	(8.420)	(8.420)
Saldos em 31/12/2018	16.687	-	-	8.267	24.954

	2018	2017
Lucro Líquido do exercício (antes do IR e CSLL)	(11.024)	2.344
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao caixa gerado pelas atividades operacionais		
Depreciação, exaustão, amortização	29.124	32.111
Imposto de renda e contribuição social	(51)	(1.800)
Ganho/Perda na venda de ativo imobilizado	13	6
Decréscimo (acréscimo) em ativos operacionais	(8.630)	(16.411)
Contrato de Mútuo e SPIRANS	(160)	-
Estoque	34	23
Bens disponíveis para venda	151	(14)
Adiantamentos	120	29
Depósitos judiciais	400	(37)
Outros Créditos	(61)	29
Acréscimo (decréscimo) em passivos operacionais	73	(41)
Impostos e taxas a receber	346	53
Provisão de Rendas e Encargos	204	18
Obrigações Trabalhistas e Sociais	(110)	(1)
IRSS - Parcelamento Paga	11.973	43
Demais valores a pagar	22.403	18.63
Caixa Gerado pelas ativ. operacionais	22.403	18.63
Atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado	99	34
Distribuição de Dividendos	-	(3.000)
Caixa Líquido usado nas atividades de investimentos	99	(2.666)
Atividades de financiamento		
Pagto. de empréstimos e financiamentos	(21.097)	(15.600)
Caixa Líquido gerado (usado) nas atividades de financiamentos	(21.097)	(15.600)
Acréscimo (decréscimo) líquido em caixa e equivalentes de caixa	(593)	3
Caixa e equiv. de caixa no início do exercício	3.378	3.01
Caixa e equiv. de caixa no final do exercício	2.783	3.01

A DIRETORIA

ADRIANA APARECIDA LUZ - CT CRC 1525678/0-2

As Notas Explicativas no íntegro, o Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras, encontram-se à disposição dos Srs. Acionistas na sede da Empresa.



PUBLICIDADE

AMBIENTAL TRANSPORTES URBANOS S.A.

CNPJ/RM nº 08.405.756/0001-90

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (em Reais mil)

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO: Ilustríssimos Senhores acionistas da **Ambiental Transportes Urbanos S/A**. De acordo com as disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de Vossas Senhorias os documentos relativos às Demonstrações Financeiras, compreendendo o período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2018. A **Ambiental Transportes Urbanos S/A** ("Companhia") presta serviços de transporte coletivo de passageiros na zona urbana da Cidade de São Paulo e, no ano em referência, atuou com base nos Contratos Emergenciais nº 0377/2017 - SMT/GAB, de 07/11/2017; nº 009/2018 - SMT/GAB, de 04/05/2018, nº 036/2018 - SMT/GAB, de 08/11/2018, este último vigente até presente data. Em 05/04/2019 foi publicado no Diário Oficial

da Cidade de São Paulo a homologação e adjudicação do procedimento licitatório e seus respectivos licitantes vencedores conforme Processo 6020.2018/0003186-1 Concessão do Serviço de Transporte Coletivo Público de Passageiros - Grupo Local de Articulação Regional e Processo 6020.2018/0003185-3 Concessão do Serviço de Transporte Coletivo Público de Passageiros - Grupo Estrutural, onde a **Ambiental Transportes Urbanos S.A.** operará como consorciada do Consórcio Transviária nos Lotes designados AR9, AR0 e FR. Em atendimento à disposição de Vossas Senhorias para quaisquer esclarecimentos que julgar em necessários, São Paulo, 30/04/2019.

Eduardo Ciela - Diretor Administrativo
José Eduardo Caldas Gonçalves - Diretor Operacional

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

NOTAS	2018	2017
	17	17
Receita Operacional Líquida	169.786	174.23
(-) Custos Operacionais	(167.365)	(157.95)
Custo dos Serviços Prestados	2.421	16.28
(=) Lucro Bruto	(12.487)	(11.42)
(-) Despesas Administrativas	(12.487)	(11.42)
Despesas Gerais e Administrativas	(10.066)	4.85
(=) Resultado Operacional	(958)	(2.51)
(+) Resultado Financeiro	2.962	52
(-) Despesas Financeiras	(3.919)	(3.03)
(=+) Lucro/(Prejuízo) antes dos impostos	(11.024)	2.34
(-) IR e Contribuição Social	(51)	(1.05)
(=) Lucro/(Prejuízo) do Período	(11.075)	1.28

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

	2018	2017
Lucro Líquido do exercício (antes do IR e CSLL)	(11.024)	2.34
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao caixa gerado pelas atividades operacionais		
Depreciação, exaustão, amortização	29.124	32.12
Imposto de renda e contribuição social	(51)	(1.06)
Gain/Perda na venda de ativo imobilizado	13	6
Decréscimo (acréscimo) em ativos operacionais	(8.630)	(16.41)
Contrato de Mútuo e Sprens	(160)	2
Estoques	34	23
Bens disponíveis para venda	151	(14)
Adiantamentos	120	75
Depósitos judiciais	430	(37)
Outros créditos		
Acréscimo (decréscimo) em passivos operacionais		
Fornecedores	(61)	28
Impostos e taxas a recolher	73	(41)
Provisão de Férias e Encargos	346	52
Obrigações Trabalhistas e Sociais	204	18
INSS - Parcelamento País	(110)	(1)
Demais valores a pagar	11.973	47
Caixa Gerado pelas ativ. operacionais	22.403	18.63
Atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado	99	34
Distribuição de Dividendos		(3.00)
Caixa Líquido usado nas atividades de investimentos	99	(2.66)
Atividades de financiamento		
Pagto de empréstimos e financiamentos	(23.097)	(15.60)
Caixa Líquido gerado (usado) nas atividades de financiamentos	(23.097)	(15.60)
Acréscimo (decréscimo) líquido em caixa e equivalentes de caixa	(595)	37
Caixa e equiv. de caixa no início do exercício	3.378	3.00
Caixa e equiv. de caixa no final do exercício	2.783	3.37

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

ATIVO	NOTAS	2018	2017	PASSIVO	NOTAS	2018	2017
CIRCULANTE		85.996	78.384	CIRCULANTE		35.194	30.556
Caixa e Banco	4	197	157	Fornecedores		1.761	1.822
Aplicações Financeiras	5	7.586	3.220	Obrigações Trabalhistas e Sociais	12	3.939	3.735
Contrato de Mútuo e Sprens	6	81.491	72.861	Provisão de Férias	12	5.709	5.363
Estoque	7	1.663	1.503	Empréstimos e Financiamentos - CP	11	15.239	15.634
Bens disponíveis para venda	8	54	34	Impostos e taxas		763	690
Adiantamentos		4	404	Outras Cortas a Pagar	14	7.545	3.084
Outros Créditos		20.276	49.434	Parcelamento de Tributos - INSS	13	238	227
NÃO CIRCULANTE		1.235	1.375	NÃO CIRCULANTE		71.078	97.262
Realizável a Longo Prazo		1.235	1.375	Emprestimos e Financiamentos - LP	11	59.185	74.048
Depósitos judiciais	9	1.255	1.375	Parcelamento de Tributos - INSS - LP	13	2.445	2.566
Imobilizado	10	19.021	48.059	Outras Cortas a Pagar		108	233
Custo		169.648	170.697	Provisão para Contingências	15	1.073	1.073
Depreciação e Amortizações Intangível	10	(150.627)	(122.638)	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		8.267	19.342
Custo		955	955	Capital Social	16	16.687	16.687
Depreciação e Amortizações		(955)	(955)	Reserva de Lucros		-	376
TOTAL DO ATIVO		106.272	127.818	Reserva legal		-	2.279
				Prejuízo acumulado		(8.420)	-
				TOTAL DO PASSIVO		106.272	127.818

DEMONSTRAÇÃO DAS MUDAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Descrição	Capital social	Reserva Legal	Reserva de Lucros	Lucros/(Prejuízos) Acumulados	Total
Saldos em 31/12/2016	16.687	2.215	2.160	-	21.062
Constituição reserva legal	-	64	-	(64)	-
Reserva de Lucros	-	-	(1.784)	1.784	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	(3.000)	(3.000)
Lucro do Exercício	-	-	-	1.280	1.280
Saldos em 31/12/2017	16.687	2.279	376	-	19.342
Constituição Reserva Legal	-	(2.279)	-	2.279	-
Reserva de Lucros	-	-	(376)	376	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	(11.075)	(11.075)
(-) Prejuízo do Exercício	-	-	-	(8.420)	(8.420)
Saldos em 31/12/2018	16.687	-	-	-	16.687

A DIRETORIA

ADRIANA APARECIDA LUZ - CFC 15256788/2

As Notas Explicativas na íntegra, o Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras, encontram-se à disposição dos Srs. Acionistas na sede da Empresa.



RECIBO DE ENTREGA DE ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL DIGITAL

IDENTIFICAÇÃO DO TITULAR DA ESCRITURAÇÃO

NIRE 35300336020	CNPJ 08.405.256/0001-90	
NOME EMPRESARIAL AMBIENTAL TRANSPORTES URBANOS S/A		

IDENTIFICAÇÃO DA ESCRITURAÇÃO

FORMA DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL Livro Diário	PERÍODO DA ESCRITURAÇÃO 01/01/2018 a 31/12/2018
NATUREZA DO LIVRO DIÁRIO	NÚMERO DO LIVRO 16
IDENTIFICAÇÃO DO ARQUIVO (HASH) 98.40.C6.E6.33.D6.31.C1.49.BA.32.CF.31.4A.29.5B.3A.D2.57.08	

ESTE LIVRO FOI ASSINADO COM OS SEGUINTES CERTIFICADOS DIGITAIS:

QUALIFICAÇÃO DO SIGNATARIO	CPF/CNPJ	NOME	Nº SÉRIE DO CERTIFICADO	VALIDADE	RESPONSÁVEL LEGAL
Diretor	03008394809	EDUARDO CIOLA: 03008394809	796202137659371344 3	18/01/2018 a 17/01/2021	Sim
Contabilista	06823087811	ADRIANA APARECIDA LUZ:06823087811	429747641333517789 5	30/01/2019 a 29/01/2022	Não

NÚMERO DO RECIBO:

98.40.C6.E6.33.D6.31.C1.49.BA.32.CF.
31.4A.29.5B.3A.D2.57.08-0

Escrituração recebida via Internet
pelo Agente Receptor SERPRO
em 03/05/2019 às 16:27:14

1E.E0.8F.2F.10.C9.3B.DF
9C.C3.72.A5.33.FF.5E.80

Considera-se autenticado o livro contábil a que se refere este recibo, dispensando-se a autenticação de que trata o art. 39 da Lei nº 8.934/1994. Este recibo comprova a autenticação.

BASE LEGAL: Decreto nº 1.800/1996, com a alteração do Decreto nº 8.683/2016, e arts. 39, 39-A, 39-B da Lei nº 8.934/1994 com a alteração da Lei Complementar nº 1247/2014.